

TÔ COM O PADRE



Mandato Coletivo e Participativo



Padre João é presidente da Comissão de Direitos Humanos



Comissão de
Direitos Humanos e Minorias



CÂMARA DOS
DEPUTADOS



Foto: Banco de imagens mandato

O deputado Padre João foi eleito presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara, dia 04/05/2016. Atualmente são vinte e cinco Comissões permanentes na casa.

A CDHM foi criada em 1995. São 20 anos de luta em favor dos direitos humanos, dos índios, quilombolas, da criança e do adolescente, da mulher, da população LGBT, dos negros, das vítimas de violência policial, da violência no campo, do sistema prisional; de luta por direito sociais, culturais e políticos.

Foram muitas as conquistas nos últimos anos: criação do Programa Federal de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas; Plano Nacional de Direitos Humanos II; Organização do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos; Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; Combate à Prática da Tortura; Reforma Psiquiátrica; Combate aos Grupos de Extermínio, entre outras. "Vivemos tempos difíceis em nosso país. Há um retrocesso: perseguição e criminalização de movimentos sociais, perda de direitos. A comissão será uma trincheira na defesa dos direitos humanos," afirmou o novo presidente da Comissão.



Foto: Banco de imagens mandato

Seminário sobre direito humano à alimentação: fome pode voltar a assombrar o país Pág: 8



Foto: Banco de imagens google

Reforma da Previdência vai acabar com aposentadoria

Pág: 6



Foto: Yuri Barichivich/Greenpeace

Crime da Samarco/Vale/BHP Billiton foi tema de diligência da CDHM

Pág: 6

Violência nas ocupações da região metropolitana de BH é apurada

A Comissão de Direitos Humanos realizou audiência pública em Brasília, para debater direitos humanos das famílias em Minas, com foco nas ocupações da região metropolitana de BH. A ocupação Izidora envolve três comunidades. São oito mil famílias.

Frei Gilvander, CPT, informou que já foram realizadas 30 ações ilegais contra as famílias acampadas. Lideranças reclamam da brutalidade da polícia com forças desnecessárias.

Padre João assumiu o compromisso de apurar as denúncias e de empenhar junto à prefeitura e ao governo do estado, para que direitos básicos como



saúde, educação, energia e água sejam garantidos, e não negados às famílias das ocupações.

Comissão apura denúncia de trabalho escravo no Sul de Minas

Comissão de Direitos Humanos da Câmara realizou audiência pública, dia 15/06/16, para apurar denúncia de trabalho análogo ao escravo em fazendas produtoras de café no Sul de Minas.

Só nos últimos cinco anos, o Ministério do Trabalho fiscalizou 26 fazendas e resgatou 579 trabalhadores na região. Os trabalhadores saem das regiões pobres com promessas mentirosas.

O procurador do trabalho em Minas, Carlos Eduardo Almeida, informou que os trabalhadores, além da precariedade de alojamento e falta do necessário à vida digna, são colocados em situação de risco com o uso de agrotóxicos.

Jorge Ferreira, da Articulação dos Empregados Rurais de Minas Gerais criticou a falta de estrutura dos órgãos fiscalizadores. “As denúncias fi-



cam sem apuração por falta de recursos.” “Não podemos permitir isto. É um absurdo. São vidas colocadas em risco. Nós vamos cobrar dos órgãos competentes a apuração de todas as denúncias”, afirmou Padre João.

Padre João encampa luta dos Técnicos Agrícolas

Na luta pela criação do Conselho Federal dos Técnicos Industriais e Agrícolas e dos Conselhos Regionais, Padre João se empenhou para que o projeto fosse enviado ao Congresso Nacional e não arquivado pela Casa Civil.

Em reunião com o ministro da casa civil, os técnicos defenderam a importância do mesmo. Enviado à Câmara, o PL 5179/2016 já foi aprovado pela Comissão do Trabalho.

O mandato acompanha a tramitação do PL 2861/2008 que cria o piso nacional para a categoria e luta pela alteração do decreto que limita valores de projetos assinados pelos técnicos



agrícolas. “Eles são fundamentais para os agricultores”, defende Padre João.

Padre João debate saúde e segurança alimentar no VI Fórum Social da Arquidiocese de Mariana

O deputado Federal Padre João assessorou o eixo temático: Saúde e Segurança Alimentar no VI Fórum Social pela Vida da Arquidiocese de Mariana, realizado em Conselheiro Lafaiete, outubro de 2016. Mais de 700 pessoas estiveram presentes e refletiram sobre o tema: “Cuidar da Casa Comum, Nossa Missão” e o lema: “por uma economia e por uma política a serviço da vida.”

Participação Popular em Defesa do SUS; Segurança Alimentar e Combate aos Agrotóxicos; Difusão da Agroecologia; Fortalecimento da Agricultura Familiar e Acesso a Terra; Saúde Preventiva e Acesso às Terapias Naturais foram temas debatidos nos grupos.

Padre João como presidente da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional fa-



lou dos avanços do Brasil no combate à fome. “Muitas políticas e programas foram criados retirando o país do mapa da fome. Avanços também, com esforço e luta, na área da agroecologia. Não podemos permitir retrocessos. Precisamos preservar a vida, o planeta, cuidar da Nossa Casa Comum, produzir sem agrotóxico,” afirmou.

Editorial

Chegamos ao fim do ano. Vivemos uma das maiores crises de nossa história. Crise política e econômica, com graves consequências para o povo brasileiro. O impeachment foi uma farsa. Uma armação das elites, do poder econômico, da grande mídia, de setores do judiciário, da Polícia Federal e do Ministério Público Federal. Dilma foi cassada sem que houvesse nenhum crime contra ela. Uma onda de intolerância, nas suas mais variadas formas, invadiu o país. O golpe visto como salvação pelos batedores de panela e a grande mídia, foi a porta aberta para a tragédia. A crise se aprofunda, tanto na política como na economia. Os batedores de panela manipulados, se tornaram vítimas do pato amarelo da FIESP. O projeto neoliberal, do estado mínimo, está sendo implantado sem voto.

As reformas que o governo golpista está propondo é o mais duro arrocho em cima dos pobres e trabalhadores. Direitos conquistados a duras penas estão sendo jogados no lixo. A Saúde, Educação, Assistência Social, Segurança Pública terão investimentos congelados por 20 anos. Nenhum país do mundo, mesmo com crise financeira, adotou medida tão drástica assim. O pacote de maldade ainda está sendo aberto. A reforma da previdência é para ninguém se aposentar. Pior ainda é a desvinculação dos benefícios sociais do salário mínimo. Milhões de famílias vão cair em situação de insegurança alimentar.

Há um retrocesso em todas as políticas. Demarcação de terras indígenas, quilombolas, reforma agrária, políticas para mulheres, negros, pescadores artesanais, agricultura familiar estão sendo aniquiladas. Por outro lado, cresce a onda de criminalização dos movimentos sociais, com forte aparato policial e cumplicidade de setor do judiciário.

Na comissão de direitos humanos temos acompanhado as constantes violação de direitos humanos em todo Brasil. Censura, violência contra jornalista, prisões arbitrárias de lideranças, de manifestantes, trabalho escravo, tráfico de pessoas, violência e massacre de indígenas, entre tantos.

Vamos continuar resistindo e lutando. Lutar pelo combate à corrupção, como votamos o projeto das dez medidas, incluindo todos os servidores da vida pública, juízes, promotores. Ninguém pode estar acima da lei.

Há muita luta pela frente. E que 2017 seja melhor, com mais paz e direitos assegurados para todos.

Força de Deus. Feliz 2017.

Padre João
Deputado Padre João

Expediente Jornal Tô com o Padre

Publicação: Escritório Estadual Dep.Federal Padre João

Projeto Gráfico/Diagramação: Driely Marques

Redação: Dilson Paiva

Revisão: Macedo, Selma, Shirley, Demes, João Paulo

Fotos: Arquivos do mandato e reprodução ilustrativa, banco de imagens Google

Escritório Belo Horizonte
Rua Rio Negro nº 347 - Prado
CEP. 30.411-208
Tel: 31 2511-9810 | 2511-9808 / Fax: 31 2511-9751
padrejoao@padrejoao.com.br

Gabinete Brasília
Câmara dos Deputados | Anexo 4 - 7º andar
Gabinete 743
CEP.40160-900
Tel: (61) 3215-5743
dep.padrejoao@camara.leg.br

Padre João participou da VIII Conferência estadual de educação



Foto: Banco de imagens mandato

O deputado federal Padre João, como presidente da Frente Parlamentar de Educação do Campo, participou no dia 02/12/16 de uma das mesas de debate com a coordenadora geral do SindUte e presidenta da CUT MG, Beatriz Cerqueira, na VIII Conferência Estadual de Educação de Minas. O evento contou com a presença de 2.500 pessoas, entre professores, estudantes e movimentos sociais. Com o tema “Educação e Resistência” o debate girou em torno da preocupação com o desmonte do Estado brasileiro, sobretudo com a aprovação da PEC 55(241) que congela os investimentos em educação por 20 anos. Ao lado dos cortes orçamentários, estão também outros projetos, como a reforma do ensino médio e a escola sem partido.

No final do encontro foi divulgada a Carta de Minas em que os trabalhadores da educação condenam a PEC 55 e a MP 746, da reforma do ensino médio, que cria uma escola barata e sem conteúdo. Criticam ainda a lei da mordaza, manifestam apoio às ocupações das escolas e universidades e pedem que o governo de Minas não adote nenhuma dessas medidas.

Segundo Padre João o país vive um dilema. **“O Plano Nacional de Educação – PNE foi jogado no lixo. O piso nacional dos professores não vai mais ser pago. A educação do campo que já caminhava com dificuldades, vai piorar. Mas não vamos ficar parados. É preciso reagir. Esta conferência aponta o caminho,”** afirmou.

Educação do Campo é um direito

CDHM e Frente Parlamentar de Educação do Campo realizaram, em setembro/2016, audiência pública para debater o direito à educação do campo, mediante movimento para reduzir ou extinguir o papel da educação, no tocante aos interesses do campesinato. Mais de 40 mil escolas rurais já foram fechadas no país.

A educação está se tornando uma mercadoria, visando atender o mercado capitalista, gerando lucro para investidores. Para Cândida Rosseto, da Confederação Nacional da Educação, é pre-

ciso lutar para conter a onda, até mesmo dentro dos governos progressistas.

Para Padre João a educação sofre com o desmonte do estado, todavia a educação do campo é a mais atingida. “Há uma política de apagar a memória da educação no campo. Além do corte no orçamento, há o projeto de Escola sem Partido. É preciso impedir este retrocesso. Tirar dinheiro da educação para sobrar no mercado rentista, é um crime,” finalizou.



Foto: Banco de imagens mandato

Padre João votou a favor das medidas de combate à corrupção



Foto: Banco de imagens mandato

A Câmara aprovou o projeto de lei 4850/2016, em 30/11/16, proposto pelo Ministério Público Federal, apoiado por milhões de assinaturas. O texto foi aprovado por 450 votos, um contra e três abstenções. Eis alguns pontos do que foi aprovado:

- ✓ Caixa 2 é crime, com prisão de dois a cinco anos e multa. Não houve anistia para os crimes que estão sendo investigados na Lava Jato;
- ✓ Corrupção ativa ou passiva passou a ser crime hediondo, com aumento da pena, escalonada dependendo do valor envolvido ou dano causado;
- ✓ Vender o voto por dinheiro ou outra vantagem

passou a ser crime, com prisão de 1 a 4 anos e multa;

- ✓ Juízes e promotores podem ser processados por crimes de responsabilidade e abuso de poder.
- ✓ Os tribunais de todo país ficam obrigados a divulgar informações sobre o tempo de andamento dos processos;
- ✓ Limite de tempo para tramitação de processos: três anos na instância originária e um ano na instância recursal.
- ✓ Limitação no uso de recursos para atrasar o andamento de processos;
- ✓ Mudanças para evitar a prescrição de crimes;
- ✓ Limite de tempo para manifestação e devolução nos pedidos de vista nos processos;
- ✓ Qualquer cidadão pode propor ação por ato lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, isento de pagar custas processuais ou honorários de sucumbência, exceto nos casos de má fé;

✓ Constitui crime a representação por ato de improbidade ou a propositura de ação contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor o sabe inocente ou pratica o ato de maneira temerária. Crime sujeito à indenização por danos morais e materiais.

O que foi aprovado pela Câmara é o maior avanço para controle e combate à corrupção. Vale para todos os poderes da república, inclusive para o judiciário e para o Ministério Público. Tudo dentro dos limites que assegura a Constituição. **“Todos temos que estar sujeitos à lei. Todos. Inclusive os juízes e membros do Ministério Público. Eles não são deuses. E quando cometem erros, precisam ser punidos também, dentro dos limites da lei.** Eles não aceitaram estas medidas. Por isso, nos acusam e difamam dizendo que votamos contra as apurações da Lava Jato, com apoio da mídia. Uma grande mentira,” lamenta Padre João.

Emenda de Padre João poderia beneficiar atingidos pelo rompimento da barragem em Mariana

Padre João apresentou emenda à medida Provisória 733/2016 que autoriza a liquidação e renegociação do crédito rural. A emenda visava atender especificamente os agricultores familiares que tiveram suas atividades inviabilizadas pelo rompimento da barragem no município de Mariana, em novembro de 2015.

Os agricultores familiares tiveram enormes perdas em lavouras, hortaliças e pecuária. A fonte de renda foi perdida e muitos agricultores não tem como honrar seus compromissos com os bancos. Pela proposta, o governo perdoaria a dívida dos agricultores e cobraria o valor das empresas responsáveis pelo crime socioambiental.

Mas, não houve aprovação da emenda pelo relator.

“É muito triste, você acordar e ver todo seu patrimônio, sua fonte de renda e de sobrevivência destruída. E ainda com dívida para pagar. Por isso, apresentamos esta emenda.” segundo Padre João.

EMENDAS DE PADRE JOÃO - ORÇAMENTO DA UNIÃO 2016

| Município | Entidade | Objeto | Valor |
|--|------------------------------------|---|------------|
| Araponga | Prefeitura | Ônibus Escolar | 168.000,00 |
| Arinos | PA Eloi Ferreira da Silva | Caixas d'água e Canos | 30.000,00 |
| Barão de Cocais | Prefeitura | Equipamentos para saúde básica | 150.000,00 |
| Barbacena | Hospital Maternidade e Policlínica | Equipamentos para saúde especializada | 250.000,00 |
| Belo Horizonte | Santa Casa | Equipamentos para saúde especializada | 300.000,00 |
| Belo Horizonte | Hospital Evangélico | Equipamentos para saúde especializada | 300.000,00 |
| Belo Vale | Prefeitura | Equipamentos para saúde básica | 150.000,00 |
| Bonito de Minas | Prefeitura | Equipamentos para saúde básica | 120.000,00 |
| Canaã | Prefeitura / Conselho Tutelar | Kit (veículo, 5 computadores, impressora, bebedouro, geladeira) | 60.000,00 |
| Candeias | Fund. Comunitária Saúde | Equipamentos para saúde especializada | 130.000,00 |
| Carandaí | Prefeitura | Equipamentos para saúde básica | 130.000,00 |
| Catas Altas | Prefeitura | Equipamentos para saúde básica | 130.000,00 |
| Catas Altas Noruega | Prefeitura | Patrulha mecanizada | 112.000,00 |
| Cipotânea | Prefeitura | Ônibus Escolar | 168.000,00 |
| Congonhas | Prefeitura | Equipamentos para saúde básica | 350.000,00 |
| Conselheiro Lafaiete | Prefeitura | Pavimentação nas ruas: Artur Andrione, João Castanheira e Olavo Albuquerque Brandão | 350.000,00 |
| Conselheiro Lafaiete | Hospital Queluz | Equipamentos para saúde especializada | 130.000,00 |
| Conselheiro Lafaiete | Hospital SSVP | Equipamentos para saúde especializada | 130.000,00 |
| Conselheiro Lafaiete | Hospital. São Camilo | Equipamentos para saúde especializada | 130.000,00 |
| Coração de Jesus | Assentamento Irmã Doraty II | Trator e Implementos | 102.107,10 |
| Entre Rios de Minas | Hospital Cassiano Campolina | Equipamentos para saúde especializada | 130.000,00 |
| Entre Rios de Minas | Prefeitura | Ônibus Escolar | 168.000,00 |
| Espera Feliz | Prefeitura | Equipamentos para saúde básica | 150.000,00 |
| Estado | Secretaria de Agricultura/MG | Realização da Caravana Ecológica em Minas Gerais | 250.000,00 |
| Estado | SDH / Levante Popular | Fest. Cultural - Juv Brasileira | 100.000,00 |
| Estado | Fundação Palmares | Rede Agentes Sociais - Afro | 100.000,00 |
| Estado | Dnocs / várias entidades | Canos/ Caixas d'água | 300.000,00 |
| Formoso | PA: São Cristovão/Nova Querência | Poço artesiano | 45.500,00 |
| Governador Valadares | Prefeitura | Realizar obras de recuperação de estradas rurais, Distrito de Brejaubinha | 250.000,00 |
| Grão Mongol | Prefeitura | Ônibus Escolar | 168.000,00 |
| Guaraciaba | Prefeitura / Conselho Tutelar | Kit (veículo, 5 computadores, impressora, bebedouro, geladeira) | 60.000,00 |
| Iapu | Prefeitura | Construção de quadra | 250.000,00 |
| Ibiracatu | Prefeitura | Equipamentos para saúde básica | 150.000,00 |
| Ibiracatu | Prefeitura | Caixas d'água e Bombas | 30.000,00 |
| Ibiracatu | Associação Bonança | Kit Despoldadeira | 30.000,00 |
| Indaiabira | Prefeitura | Pavimentação asfáltica das ruas: Mocambo, Bairro Conjunto Habitacional Arlindo Capuchinho, sendo Ruas: T1. T2 e Rua Caiçara | 250.000,00 |
| Ipatinga | Prefeitura | Retroescavadeira /carregadeira | 250.000,00 |
| Itabirito | Hospital São Camilo | Equipamentos para saúde especializada | 130.000,00 |
| Itaverava | Prefeitura | Equipamentos para saúde básica | 150.000,00 |
| Jaíba | Assoc. Jaibense Apoio ao Menor | Caixas d'água e canos | 50.000,00 |
| Jaíba | AJAN | Equip. e Mobil. para cozinha | 10.000,00 |
| Jaíba | Morro do Abano | Grade e carreta | 15.000,00 |
| Jaíba | ARAJAN | Veículo Utilitário | 55.000,00 |
| Janaúba | Prefeitura | Pavimentação das ruas, Benjamim Franco de Vasconcelos , Isaurina Caires e Mestre Luiz Gonzaga | 250.000,00 |
| Januária | Prefeitura | Ônibus Escolar | 168.000,00 |
| Januária | Prefeitura | Construção de UBS | 408.000,00 |
| Januária (Comunidades Arajan, Quilombo Sambaíba, Vereda Grande II, Pedras e Buritizeiro, Sambaíba, Riacho da Cruz, APAC, Ovo D'ema, Pará-Pitanga, Quilombola Onça, Comun. Vereda Grande I, Comun. Olhos D'Água, Rio Pardo/Copoeirão. | CODEVASF | 1 Veículo Utilitário, 1 Decantador 1 Reservatório 2 Tratores e implementos 2 Freezers 8 Cadeiras 4 Caixas de som 1 Caminhão e implementos 1 Geladeira 1 Plantadeira 1 Desintegrador/Ensiliadeira. | 455.500,00 |
| Jequeri | Prefeitura | Máquinas agrícola | 115.000,00 |

| | | | |
|--|------------------------------------|---|------------|
| Machado | Instituto Federal/MST/Amefa | Formação | 250.000,00 |
| Manhuaçu | Hospital César Leite | Equipamentos para saúde especializada | 130.000,00 |
| Manhuaçu | Instituto Federal | Infraestrutura | 250.000,00 |
| Mariana | Prefeitura | Caminhão para Agricultura Familiar | 150.000,00 |
| Matipó | Hospital Cristo Rei | Equipamentos para saúde especializada | 200.000,00 |
| Monte Carmelo | Prefeitura | Patrulha Mecanizada | 130.000,00 |
| Montes Claros | Hospital Universitário - UFMG | Equipamentos para saúde especializada | 130.000,00 |
| Montes Claros | Assentamento Estrela do Norte | Trator e Implementos | 102.107,10 |
| Montes Claros | Assoc. Com. Recanto das Hortaliças | Veículo/Canos/Caixas d'água | 80.000,00 |
| Mutum | Prefeitura | Ônibus Escolar | 168.000,00 |
| Muzambinho | Santa Casa | Equipamentos para saúde especializada | 130.000,00 |
| Oratórios | Epamig | Obra de Construção de Centro de Capacitação - Complementação | 250.000,00 |
| Ouro Branco | UFSJ | Reestruturação | 250.000,00 |
| Ouro Preto | Prefeitura | Ônibus Escolar | 168.000,00 |
| Paracatu | Prefeitura | Máq. beneficiamento café | 130.000,00 |
| Paula Cândido | Prefeitura | Equipamentos para saúde básica | 150.000,00 |
| Pedras de Maria Cruz | Prefeitura | Equipamentos para saúde básica | 150.000,00 |
| Pedras de Maria Cruz | Prefeitura | Caixas d'água e Bombas | 30.000,00 |
| Pedras de Maria Cruz | Assoc. de Roedor | Barco e motor | 15.000,00 |
| Piedade Rio Grande | Hospital Obras Sociais | Equipamentos para saúde especializada | 150.000,00 |
| Pingo D'Água | Prefeitura | Trator e implementos | 150.000,00 |
| Poços de Caldas | Santa Casa | Equipamentos para saúde especializada | 130.000,00 |
| Ponte Nova | Prefeitura | Equipamentos para saúde básica | 350.000,00 |
| Ponte Nova | Hospital Nossa Sra das Dores | Equipamentos para saúde especializada | 300.000,00 |
| Resplendor | Prefeitura | Ônibus Escolar | 168.000,00 |
| Ressaquinha | Prefeitura | Equipamentos para saúde básica | 150.000,00 |
| Ribeirão das Neves | Prefeitura / Cons. Tutelar | Kit (veículo, 5 computadores, impressora, bebedouro, geladeira) | 60.000,00 |
| Ribeirão das Neves | Kolping N. Sra. do Carmo | Caminhão | 124.499,00 |
| Rio Espera | Prefeitura | Equip. Agroindustria de Alcool | 100.000,00 |
| Santa Margarida | Prefeitura | Máquinas Agrícolas | 150.000,00 |
| São Domingos do Prata | Prefeitura | Ônibus Escolar | 168.000,00 |
| São Francisco | Prefeitura | Ônibus Escolar | 168.000,00 |
| São Francisco | Prefeitura | Equipamentos para saúde básica | 150.000,00 |
| São Francisco (Comunidades Curral Velho, Buriti do Meio, Nordeste, Bom Jardim. | CODEVASF | 3 Kit Despolpadeiras 2 cadeiras 1caixa som 1Bebedouro | 80.000,00 |
| São João da Ponte | Prefeitura | Equipamentos para saúde básica | 150.000,00 |
| Sarzedo | Prefeitura | Equipamentos para saúde básica | 120.000,00 |
| Senador Firmino | Prefeitura | Ampliação de UBS | 100.000,00 |
| Senador Firmino | Hospital São João de Deus | Equipamentos para saúde especializada | 150.000,00 |
| Sericita | Prefeitura | Ampliação de UBS | 120.000,00 |
| Sericita | Prefeitura | Ônibus Escolar | 168.000,00 |
| Sto Antônio do Jacinto | Prefeitura | Estrutura Fundiária | 400.000,00 |
| Timóteo | Prefeitura | Pavimentação de vias do município | 250.000,00 |
| Unai | Assoc. Rural Assistência Agrária | Poço artesiano | 74.000,00 |
| Uruana de Minas | Prefeitura | Implementos agrícolas | 30.000,00 |
| Urucânia | Prefeitura | Equipamentos para saúde básica | 150.000,00 |
| Urucânia | Prefeitura | Ônibus Escolar | 168.000,00 |
| Vargem Alegre | Prefeitura / Conselho Tutelar | Kit (veículo, 5 computadores, impressora, bebedouro, geladeira) | 60.000,00 |
| Viçosa | Prefeitura | Equipamentos para saúde básica | 303.810,00 |

Deputado Padre João apoia Educação do Campo



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SUL DE MINAS

Foto: Banco de imagens google

Padre João, Presidente da Frente Parlamentar de Educação do Campo, tem trabalhado para melhorar os serviços em todo país. O parlamentar destinou emenda no valor de 500 mil reais

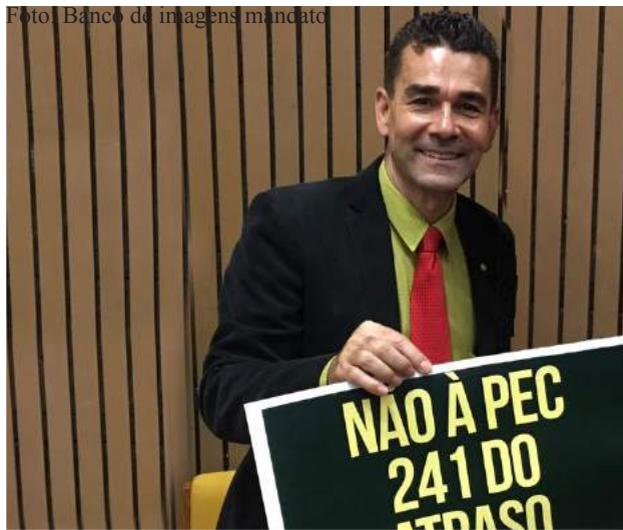
para o Instituto Federal Sul de Minas, Campus de Machado, para investimento no Curso Técnico em Agropecuária Integrado e ao Ensino Médio em Regime de Alternância, que atende filhos de assentados da Reforma Agrária localizados nos municípios de Campo do Meio e Guapé e também para o Curso de Licenciatura em Educação do Campo em regime de alternância - Área de Ciências Agrárias, do Campus Inconfidentes, em parceria com a Associação Mineira das Escolas Famílias Agrícolas – AMEFA.

O regime de alternância é assim chamado porque parte do tempo é dedicado aos estudos dentro da escola; e outra parte é dedicada à prática, junto à família e comunidade onde mora.

Padre João votou contra a PEC 241(55)

A PEC 241/16 (55 - senado), de iniciativa do executivo e aprovada pelo Congresso Nacional, congela os investimentos públicos por 20 anos. Todos os serviços públicos serão afetados, mas com perdas especialmente violentas para a saúde, educação e assistência social.

A Constituição de 1988 obriga a aplicação de um percentual mínimo e crescente do orçamento para investimento em saúde e educação. A PEC acaba com essas regras. Segundo especialistas, a saúde vai perder 743 bilhões de reais em 20 anos; a educação, 480 bilhões; assistência social, 868 bilhões. Programas sociais deixarão de existir, o SUS será sucateado e a segurança pública mais enfraquecida. Salários de servidores de carreiras ficarão congelados. Padre João se posicionou contra a medida. “Em lugar nenhum do mundo, mesmo diante de crise financeira, foram adotadas medidas tão desastrosas assim. Querem implantar o estado mínimo, neoliberal. O governo vai tirar dinheiro dos pobres para dar aos ricos. Ele não mexeu



na taxa básica de juros, não propôs nenhuma medida para combater a sonegação fiscal, e evasão de divisas. Só com Juros, o país paga por ano cerca de 374 bilhões. Quem realmente paga esta conta? Os pobres. Isto não é justo. Com a PEC vai ficar pior ainda,” protesta padre João.

Padre João participou do IV Encontro da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar da América Latina

Padre João participou, em missão oficial, como coordenador da Frente de Segurança Alimentar da Câmara, do IV Encontro da Frente Parlamentar da América Latina e Caribe contra a fome, na Colômbia, de 04 a 09 de abril. A América Latina é o primeiro continente no mundo a cumprir a Meta dos Objetivos do Milênio, de 2000 a 2015.

A Frente Parlamentar surgiu em 2009 e já foram criadas 17 frentes nacionais, com duas metodologias de trabalhos: encontros de planificação e os fóruns. Já foram realizados seis fóruns, sempre em parceria com a ONU e discutindo temas pertinentes e atuais. Neste último foi debatido: agricultura familiar, desenvolvimento humano, questão climática, de gênero, produção de alimentos, agroecologia, etc.

Reforma da Previdência vai acabar com aposentadoria

O Governo enviou ao Congresso a PEC 287/2016 – Proposta de Emenda à Constituição que muda as regras para aposentadoria e benefícios sociais. A reforma, na verdade, acaba com a previdência social pública. Ela eleva a idade mínima da aposentadoria para 65 anos de idade e contribuição mínima de 25 anos. Para recebimento do teto, o brasileiro precisará contribuir 49 anos ininterruptamente e ter 65 anos de idade. Fora disso, ele vai receber apenas 76% do teto. Segundo especialistas, os brasileiros que conseguirem alcançar a idade mínima teriam, em média, apenas 6 meses de gozo de aposentadoria. A reforma ignora as especificidades de alguns setores da população que hoje contam com um regime especial, como as mulheres, trabalhadores(as) do campo e professores(as). Iguala todo mundo na mesma regra. O BPC é um benefício concedido às pessoas com deficiência e idosos com 65 anos –atendendo hoje cerca 4,2 milhões de pessoas – será desvinculado do salário mínimo, podendo chegar a metade do valor pago atualmente. Além disso, a idade mínima do idoso para receber o BPC sobe para 70 anos.



Foto: Banco de imagens google

A acumulação total entre aposentadoria e pensão também acabaria, pela nova regra.

“A reforma proposta é injusta e cruel. Ela Iguala todo mundo, homem e mulher, trabalhador do campo e da cidade, professor, professora. Eleva a idade para 65 anos para todos. O governo não quer a aposentadoria para ninguém. A reforma vai gerar desemprego, com a queda no consu-

mo das famílias. **O trabalhador rural não tem como contribuir regularmente, depende da chuva, do sol, da safra. As mulheres são as mais prejudicadas.** Outra maldade é a desvinculação dos benefícios sociais do salário mínimo. É uma reforma para agradar ao mercado. Privatizar o sistema. Não vamos permitir isto,” afirma Padre João.

Padre João participou da XIX Romaria da Terra e da Água em Ladainha

O deputado Padre João participou em junho de 2016 da XIX Romaria da Terra e da Água que ocorreu em Ladainha/MG e teve como tema: Somos Água, Somos Terra, Queremos o Bem Viver”. Ela ocorreu em sintonia com a Campanha da Fraternidade de 2016 que refletiu sobre a responsabilidade com a “casa comum”. Ladainha é um dos poucos municípios do Vale do Mucuri que apresenta boa preservação ambiental em virtude da agricultura familiar.

Segundo Padre João, a romaria traz um elemento importante: conscientização para preservação do meio ambiente. “Precisamos cuidar da água, das florestas, das matas. Preservar, proteger, economizar, não poluir. Produzir com respeito ao meio ambiente, sem veneno, sem agrotóxico. Isto é cuidar da Casa Comum”, concluiu.

Crime da Samarco/Vale/BHP Billiton foi tema de diligência da CDHM



Foto: Yuri Barichivich/Greenpeace

A Comissão de Direitos Humanos realizou diligência na Bacia do Rio Doce para apurar violações de direitos humanos em relação ao crime da Samarco/Vale/BHP Billiton. A diligência ocorreu em parceria com o Movimento dos Atingidos por Barragem – MAB que realizou a jornada de “1 Ano de Lama e Luta”. O crime aconteceu em 05/11/2015; destruiu a Bacia do Rio Doce e matou 20 pessoas.

A diligência começou na Foz do Rio Doce, em Regência, no ES, em 31/10/16, subiu a Bacia e terminou em Bento Rodrigues, em 05/11/2016. Foram seis dias

de intenso trabalho, com reuniões, manifestações e denúncias. Nove municípios de MG e ES foram visitados.

Crime continua

A lama continua sendo lançada no Rio Doce. Isto ficou constatado e as populações ribeirinhas não podem nem usar a água para beber. “Eles estão esvaziando outras barragens em Mariana para colocar lama de novo. Pescadores artesanais, agricultores familiares, numa faixa de cem Km à beira mar ficaram no prejuízo. Não foram reconhecidos como atingidos. **Em Colatina, muitas famílias têm que comprar água para beber. A água do Rio não serve nem para lavar roupa**”, afirma Padre João.

Um relatório está sendo elaborado e será entregue aos órgãos competentes para que tomem as devidas providências.

Bloqueio de acesso à água é discutido no Norte de Minas

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias realizou diligência em Montes Claros, dia 25/11/16, para discutir o direito humano à água no Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha e Mucuri. Participaram representantes de comunidades ribeirinhas, povos quilombolas, geraizeiros, agricultores familiares, acadêmicos e membros de entidades e movimento social - como o MAB, CPT e Cáritas. Os relatos apontam que os conglomerados econômicos estão bloqueando o acesso à água. Além disso, as atividades desenvolvidas na região têm diminuído os recursos hídricos violentamente, secando nascentes, rios e rebaixando o lençol freático. A monocultura, sobretudo do

eucalipto, é uma ameaça.

A ONU, em 2010, declarou a água e o saneamento básico como direito fundamental da pessoa humana, fruto de uma longa luta. Segundo Padre João, é preciso assegurar estes direitos numa legislação. “Temos encaminhado recursos via CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba e DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca para atender várias comunidades e famílias do Norte de Minas. Temos que avançar mais com políticas públicas, com proteção do meio ambiente e geração de água. Preservar o meio ambiente, proteger os mananciais, cuidar



Foto: Banco de imagens mandato

da ‘Casa Comum’ deve ser nossa missão,” afirma.

A CDHM vai produzir um relatório com todas as denúncias e cobrar providências junto aos órgãos competentes.

CDHM debate desaparecimento e tráfico de pessoas

A Comissão de Direitos Humanos realizou audiência pública, em 08/12/16, para debater o desaparecimento e tráfico de pessoas.

Segundo os debatedores, há dois tipos de desaparecimento de pessoas: o forçado, em que a vítima não tem escolha e é obrigada a seguir o criminoso e o voluntário, onde a vítima é seduzida por promessas falsas, com trabalho fácil, alta remuneração ou mesmo para fugir de uma situação de risco. As vítimas são sempre as mais fragilizadas socialmente e atingem sobretudo crianças, jovens e mulheres.

Para Ivanise Espiridião da Silva Presidente da ONG (Mães da Sé), muitos delegados de polícia não cumprem a lei 11.259/2005, o desaparecimento tem que ser investigado imediatamente após a notificação aos órgãos competentes que deverão comunicar o fato aos portos, aeroportos, polícia rodoviária, empresas de transportes interestaduais e internacionais, com dados completo do desaparecido. “Muitos delegados desconhecem a lei. Tem a coragem de falar: espera, amanhã ou depois sua filha volta. É triste ouvir isso,” lamenta.

Segundo os debatedores, o país não tem sequer um banco de dados para consultas e troca de informações. Isto dificulta muito. O cadastro nacional poderia ajudar até na localização de crianças que foram adotadas ilegalmente. Há casos, por exemplo, de pessoas que foram executadas e enteradas sem identificação, e que estão sendo procuradas por suas famílias.



Foto: Banco de imagens mandato

O advogado Conrado Luciano Batista relatou os crimes ocorridos em Santos Dumont/MG quando crianças foram arrancadas das famílias para adoção ilegal em vários países, em esquema de corrupção envolvendo juízes, delegados, polícia federal, empresários e políticos. Foi fundada uma associação “Rompendo o Silêncio” que atende às mães vítimas do crime e já devolveu 10 crianças às mães.

“É preciso mudar a lei, melhorar a legislação e criar o banco de dados completo, inclusive com material genético e digitais. Vamos lutar contra este crime escabroso,” afirma Padre João.

Violência no campo é fruto da impunidade



Foto: Banco de imagens mandato

A CDHM realizou Audiência Pública para discutir o crescimento da violência no campo, em 02/08/2016.

Segundo relatório da CPT, Comissão Pastoral da Terra, em 2015, houve 1.217 conflitos, atingindo 816 mil pessoas. Em 2014 ocorreram 34 assassinatos, contra 50 em 2015. Já a Ouvidoria do Ministério do Desenvolvimento Agrário revela que de 2001 a 2016, 220 pessoas foram assassinadas no

campo. Há ainda 194 casos que estão sob investigação. Entretanto, 584 homicídios ocorreram e não constam em registros oficiais. No somatório geral, 998 perderam a vida nestes conflitos.

Já com os povos indígenas a situação é ainda pior. Segundo o CIMI, Conselho Indigenista Missionário, em 2015 foram 97 mortes. Já em 2016, este número subiu pra 138 mortes. O suicídio também aumentou: em 2013 foram 73, contra 135 em 2015.

Segundo Padre João, a impunidade faz aumentar a violência. “Em muitos casos não há nem instauração de inquérito. Dos inquéritos instaurados, apenas 7,5% são concluídos. Depois dos inquéritos vem a lentidão da justiça. E a justiça muitas vezes tem tido comportamento parcial. E recentemente, está havendo uma criminalização dos movimentos sociais,” lamentou.

Para o Procurador da República, João Akira Omoto há uma violência simbólica do Estado contra os trabalhadores rurais. Segundo ele, o Estado é omissivo e nem mesmo um banco de dados seguro ele tem. Finge não ver o problema e não quer resolvê-lo.

Padre João cobrou rapidez na demarcação de terras indígenas, quilombolas e reforma agrária mais eficiente. Mais recursos e condições de trabalho para os servidores da área.

Seminário sobre direito humano à alimentação: fome pode voltar a assombrar o país

Foto: Banco de imagens mandato



A Comissão de Direitos Humanos e a Frente Parlamentar de Segurança Alimentar, presididas por Padre João realizaram Seminário sobre Direito Humano à alimentação, em 30/11/16. Segundo os debatedores, o Brasil vive um processo de esvaziamento das políticas de combate à fome

e há um desmonte do estado social em favor do mercado rentista. Em 2014, o Brasil, com um conjunto de políticas (PAA, PNAE, Bolsa Família, entre outros), se tornou referência mundial ao sair do mapa da fome, conforme relatório da FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura este conjunto de políticas e programas está sendo destruído.

É preciso avançar na qualidade dos alimentos, sem agrotóxicos e também no controle da obesidade.

No final do evento foi divulgada carta para estimular a criação de frentes parlamentares nos estados e municípios.

Audiência Pública nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Foto: Banco de imagens mandato



O deputado Padre João foi convidado, enquanto presidente da Comissão de Direitos Humanos, para participar do 1º Encontro de Pastorais e Movimentos Sociais dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, 12/11/16, no município de Jequitinhonha,

mediante os graves problemas de violações aos direitos fundamentais, como falta de moradia, água, terra e alimento. O evento foi promovido pela Comissão Diocesana para Ação Social e Política da Diocese de Almenara e contou com presença de lideranças de vários segmentos da sociedade e com deputado estadual Dr. Jean Freire.

“O Brasil passa por uma crise que foi provocada de maneira intencional. O resultado disso está na perda de direitos dos trabalhadores, dos aposentados e dos pobres. É preciso união e força para vencermos o desmonte do Estado,” concluiu.

Formação de Vereadores e Conselho Político

Foto: Banco de imagens mandato



O Mandato Coletivo e Participativo deputado Padre João realizou, em BH, no dia 09/12/16 encontro de formação para vereadores, discutindo: divisão de poderes, competências e papel do legislativo.

Foto: Banco de imagens mandato



Reunião ampliada do Conselho Político do Mandato Coletivo e Participativo Deputado Padre João, em BH, no dia 10/12/16 que programa, aprimora e delibera sobre diretrizes políticas e traça metas de atuação parlamentar para 2017.

Genocídio contra os índios Guarani-Kaiowá: concluem Missão do Parlamento Europeu e CDHM

Foto: Banco de imagens mandato



Em missão oficial ao Brasil, deputados do Parlamento Europeu, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, visitaram de 05 a 12/12/16 o estado de Mato Grosso do Sul com

agenda de reuniões, debates e audiências públicas para apurar violência contra os índios Guarani-Kaiowá. Segundo dados do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, de 2003 a 2015 foram assassinados 891 indígenas no Brasil, 60% destes assassinatos ocorrem nesse estado. Só em 2016 foram registrados cerca de 25 ataques contra os Guarani-Kaiowá.

Padre João já esteve no estado outras vezes e pode ver o rastro de violência e massacre contra os indígenas. Pediu, enquanto presidente da Comissão de DH, providências às autoridades com-

petentes e inclusão de lideranças no Programa de Proteção à Testemunha. “A união do povo indígena é fundamental para barrar os retrocessos e garantir direitos”, afirmou.

Em novembro, o Parlamento Europeu aprovou uma resolução condenando os atos de violência contra os Guarani-Kaiowá e apelaram às autoridades brasileiras para que tomem medidas imediatas. A missão dessa instituição sensibilizou os indígenas. Prometeu voltar em 2017 para averiguar a situação e levar a denúncia para a Europa.

Fórum de Direitos Humanos será permanente para conter perdas

Foto: Banco de imagens mandato



Por iniciativa da CDHM, em parceria com a Comissão de Direitos Humanos do Senado e a Frente Parlamentar de Direitos Humanos da

Câmara, foi realizado em 29/06/2016 o Fórum Social e Parlamentar de Direitos Humanos pela Democracia.

O evento contou com a presença de vários ex-ministros - como Nilma Lino Gomes, Iriny Lopes e Tereza Campello – do Secretário de Estado de Direitos Humanos de Minas, Nilmário Miranda, deputados, senadores, movimentos sociais, entidades e ativistas da área. O objetivo principal foi construir convergência entre as várias lutas e

uma agenda permanente, além de lutar contra a perda de direitos e o desmonte do estado promovido pelo governo de Michel Temer.

“Esse fórum é como um grito coletivo para nos fortalecer e não permitir retrocessos,” afirmou Padre João. Ao final do encontro, ficou decidido que o fórum seria permanente como espaço de articulação, com audiências públicas em todas as regiões do país.

Malá Direta Postal
Básica
9912293447/2012/DR/BSB
CÂMARA DOS DEPUTADOS
CORREIOS

VENDA PROIBIDA
IMPRESSO AUTORIZADO: PODE SER ABERTO PELA ECT

Câmara dos Deputados
Gabinete Deputado Federal Padre João - PT
Anexo 4/ 7º andar/ Gabinete 743/ CEP 70160-900
Brasília/DF